

Cristina Pereira Baiense
Márcia Moreira de Araújo

**PRÁTICAS DE
EDUCAÇÃO
QUILOMBOLA:
UMA PROPOSTA
DE FORMAÇÃO
CONTINUADA**





Cristina Pereira Baiense
Márcia Moreira de Araújo

**PRÁTICAS DE
EDUCAÇÃO
QUILOMBOLA:
UMA PROPOSTA
DE FORMAÇÃO
CONTINUADA**

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing

Vitória

2022



Práticas de educação quilombola: uma proposta de formação continuada © 2022, Cristina Pereira Baiense e Márcia Moreira de Araújo.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Moreira de Araújo

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira

Capa e diagramação: Ilvan Filho

1ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B152p

Baiense, Cristina Pereira. -

Práticas de educação quilombola: uma proposta de formação continuada / Cristina Pereira Baiense, Márcia Moreira de Araújo. -

Vitória, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2022. -

60 p. : il. foto. color. ; 21 cm.

ISBN 978-85-926-4757-5

DOI 10.29327/557385

1. Quilombos - Educação. 2. Professores – Formação continuada . I. Araújo, Márcia Moreira de.

CDD – 370.11

Bibliotecária Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino – CRB5 1956



SUMÁRIO



Apresentação	05
Introdução	08
justificativa	11
Objetivos da formação	14
Os caminhos da formação	15
Conteúdos da formação	17
Slides 2 e 3	18
Slides 4 e 5	19
Slides 6 e 7	19
Slides 8 e 9	21
Sugestões de ações pedagógicas para a Educação Quilombola na Educação Infantil	22
Avaliação dos resultados	57
Referências	58
As autoras	59



APRESENTAÇÃO

Meu nome é Cristina Pereira Baiense e atuo como professora de Educação Infantil no município de Presidente Kennedy -ES, na comunidade de Boa Esperança, reconhecida como quilombola. O Centro Municipal de Educação Infantil “Bem-me-quer” atende crianças das comunidades quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha e, também, alunos oriundos das comunidades adjacentes.

Desde 2019 trabalhando nessa instituição, passei a ter contato com esse contexto de comunidade quilombola e perceber as especificidades desse público, que precisa ser reconhecido, valorizado e enaltecido pela sua beleza e riqueza cultural. Isso porque são inúmeros os aspectos que podem ser explorados, como forma de envolver a realidade do aluno da instituição quilombola, contextualizando o ensino que ele tem acesso e contribuindo para um ensino verdadeiramente significativo.





Ao adentrar nesse meio, pude perceber que era algo novo, diferente do que eu já havia vivenciado ao longo da minha experiência na docência e que para atingir os objetivos esperados para a educação de qualidade que o aluno tem direito, precisaria ir além do que eu já conhecia e buscar aperfeiçoamento, adquirindo conhecimentos acerca dessa modalidade de educação para adequar a minha prática às necessidades desse público.

Também no ano de 2019, iniciei o curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, da Faculdade Vale do Cricaré e decidi realizar uma pesquisa envolvendo as Práticas pedagógicas da Educação quilombola, na busca por entender como os professores que atuam nessa modalidade têm desempenhado seu papel, destacando os desafios e possibilidades desse processo.

Assim, esse material, produzido em parceria com minha orientadora Dra. Márcia constitui como produto final do curso de mestrado, como representação de uma proposta de formação continuada, a ser realizada, especialmente, com professores que atuam em escolas quilombolas. Trata-se de uma ferramenta que visa contribuir com a melhoria do atendimento voltado aos alunos que vivem nesse contexto, proporcionando uma educação contextualizada, que valoriza as especificidades dessas comunidades, a partir da preparação de profissionais para o desenvolvimento desse trabalho.

A proposta de formação continuada vai de encontro com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, que determina a necessidade de investir na formação de profissionais da educação que atuam em meio à essa realidade, como forma de garantir que estes possuam os conhecimentos para compreender quais os caminhos a seguir



e como pensar em práticas que sejam relevantes para a formação do aluno oriundo de comunidades quilombolas, favorecendo a formação da identidade desse educando a partir de referências positivas de representantes negros e, principalmente, que exalte a riqueza da cultura quilombola local e a beleza das características do povo negro.

Portanto, essa prática busca estabelecer uma educação antirracista, partindo da educação infantil, permitindo que a criança na primeira infância já possua condições de valorizar sua história e construir valores para combate ao racismo e preconceito, perpetuando seus conhecimentos, também, no seio familiar e na comunidade, como forma de romper com o racismo estrutural, já arraigado na sociedade.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil surgiu como uma instituição assistencialista, para que as mães pudessem deixar seus filhos para serem cuidados enquanto trabalhavam, preenchendo, assim, a necessidade da classe trabalhadora na Revolução Industrial. Porém, com o passar dos anos, a educação passou a ser entendida como essencial para a criança, independente da classe social, e que todas deveriam ter acesso a ela (KHULMANN JÚNIOR, 2010).

Em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais, um novo paradigma do atendimento à infância, iniciado em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), tornou-se referência para os movimentos sociais de luta, o que antes era tido como um “favor” aos socialmente menos favorecidos, passou a ser um “direito” de todos.

A Lei 9.394/96, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), regulamentando este ordenamento, introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais, a integração das creches nos sistemas de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica: A Educação Infantil. Esta lei evidencia o estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização flexível de seu currículo e a pluralidade de métodos pedagógicos desde que assegurem a aprendizagem e reafirma os artigos da Constituição Federal acerca do atendimento gratuito em creches e pré-escolas.



Assim, as instituições que atendem a educação infantil passou a assumir um importante papel no processo de formação dos sujeitos, considerando que essa etapa do ensino representa a base do desenvolvimento, influenciando nas demais etapas. Sendo assim, os avanços no desenvolvimento conquistados pelo aluno desde os primeiros contatos com a escola formal refletem até sua vida adulta, comprovando a importância e necessidade de que o trabalho voltado às crianças na educação infantil seja realmente relevante.

Fazendo uma associação e análise junto a nova BNCC – Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), a Educação Infantil, assim, devidamente estruturada em seus termos legais, na prática de sua inserção e iniciação da vida do indivíduo, marca o momento em que crianças e suas respectivas famílias se “distanciam” de seus vínculos afetivos para incorporarem a uma nova vivência de socialização e interação estruturada. “A entrada na creche ou na pré escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças de seus vínculos” (BRASIL, 2017). Uma vivência em um espaço fora de seus lares, devidamente organizado, estruturado, física e profissionalmente com a composição de docentes e outros profissionais buscando consolidar a concepção de educar e cuidar, entendendo que são significados indissociáveis do processo educativo, pois se entrelaçam e se combinam nas rotinas cotidianas da Educação Infantil.

Ressalta-se que é na Educação Infantil, que engloba as creches e pré-escola, o primeiro contato da criança com a educação formal, sendo assim um momento de descobertas para professor e aluno. Posto isto, observa-se que esta etapa consiste na base do ensino, que direciona o aprendizado ao decorrer dos demais

anos escolares, estimulando o aluno no desenvolvimento de habilidades que influenciam no modo como o aluno se vê e interage com o mundo que o cerca.

É importante salientar, no entanto, que embora a criança da educação infantil esteja em desenvolvimento, ela traz consigo uma série de conhecimentos prévios que a constituem como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, ao passo de que ela já entra em contato com a educação formal trazendo uma bagagem de informações e aprendizados provenientes da sua interação com a sua comunidade, sua família, fazendo com que sofra influências históricas e culturais desse contexto do qual faz parte.

Sabendo disso, é possível compreender que ao atuar em uma escola inserida em um contexto quilombola, os sujeitos envolvidos nesse ensino sofrem influência dessa realidade e esta precisa ser considerada durante a atuação docente do profissional que desenvolve uma ação pedagógica com os alunos dessa instituição.



JUSTIFICATIVA

Essa proposta vem de encontro a realidade dos Centros de Educação Infantil e outras instituições educacionais que atendem crianças de zero a três anos - Creche. Especificamente quando se trata das práticas pedagógicas e do cotidiano da Educação Infantil. Atender este público alvo trata de acolher as demandas em torno do cuidar e de zelar pela tarefa do educar concomitantemente. São ações indissociáveis e que necessitam de um olhar pedagógico organizado, planejado, mas também, flexível e dinâmico. Que dialogue e compartilhe as necessidades entre a escola e a família.

Ao analisar junto à BNCC é possível entender claramente a necessidade de atualização e flexibilidade do conhecimento, entendimento, das práticas pedagógicas junto aos educandos:

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, pág. 36)

É necessário entender o contexto da criança que vem para a escola de maneira que toda bagagem seja aproveitada para a inserção de novas aprendizagens den-

tro da escola. Mas esse é o ponto mais crítico e desafiador das práticas na Educação Infantil. Enquanto é preciso entender cada criança que compõe o cenário educacional, é essencial que a escola, o Centro de Educação Infantil, o jardim de infância esteja estruturado e organizado de forma a atender a demanda de diversas turmas e um número expressivo de crianças ao mesmo tempo.

Nessa perspectiva, compreender a realidade do contexto de comunidade quilombola em que se insere o CMEI “Bem-me-quer”, faz-se necessário para que a prática pedagógica voltada a esses sujeitos seja, de fato, adequada ao aluno, respeitando e valorizando sua história.

Realizar esta pesquisa como forma de observar de perto as práticas dentro do CMEI “Bem-me-quer” e para analisar todo contexto promove a possibilidade de aperfeiçoar as práticas educacionais do professor, de construir um ensino significativo e contextualizado com a realidade das crianças, suas famílias e a escola. Assistir de perto os anseios e necessidades dos educandos de tal forma a modificar, transformar, remodelar as estruturas pedagógicas sempre que preciso. Provocar uma rotina organizada de forma imparcial, maleável, flexível, diversa e composta de singularidades, que seja significativa e que corrobore no ganho de práticas e experiências que agreguem ao desenvolvimento integral da criança, considerando seus pares, sua história, seu tempo, sua construção. Por isso faz-se necessário este estudo na intenção de encontrar as melhores estratégias para estipular uma estrutura organizacional dos planos de rotina para o cotidiano escolar que respeite e atenda a criança entendendo suas necessidades e anseios, bem como oriente e direcione o professor de maneira sucinta e significativa nas práticas de ensino-aprendizagem.

Como parte deste estudo junto aos integrantes do CMEI “Bem-Me-Quer”, local onde atuo como professora, percebi a necessidade de propor ações práticas de auxílio na formação continuada de professores, que prepare os profissionais para atender os alunos de comunidade quilombola da forma que têm direito, apresentando as leis vigentes, as orientações e sugestões de atividades que valorizem a história e cultura desses povos.

Desde então nota-se a importância da inovação das práticas pedagógicas na Educação Básica, em especial na educação Infantil, considerando a necessidade de promover um ensino que se apresente como relevante aos alunos, que seja adequado às suas especificidades e valorize a sua contribuição e sua história na formação da sociedade e, em função deste estudo, especificamente falando do CMEI “Bem-Me-Quer”, por essa razão e observação, decidi desenvolver essa proposta de formação continuada.



OBJETIVOS DA FORMAÇÃO

- Apresentar o aparato legal que embasa a educação quilombola para que os professores tenha acesso às orientações para essa modalidade;
- Proporcionar momentos de reflexão e trocas de experiências entre os docentes atuantes na comunidade quilombola;
- Auxiliar os professores no planejamento de ações pedagógicas de valorização da cultura e história da comunidade quilombola;
- Promover uma construção coletiva de materiais didáticos e ferramentas pedagógicas adaptadas conforme a realidade local;
- Exemplificar possibilidades de atividades e práticas de respeito e valorização da comunidade quilombola

O momento de interação entre os profissionais favorece o diálogo sobre o que tem sido feito e o que pode ser realizado, a partir de opiniões conjuntas, que agragam o momento e privilegiam o aluno como peça-chave no processo de ensino e aprendizagem, devendo ser analisadas os aspectos que norteiam sua vivência.

OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO

A formação continuada para a educação quilombola deve envolver não somente os professores, mas também diretores e pedagogos que atuam diretamente com a equipe docente. Para iniciar o programa, é necessidade, inicialmente, realizar um diagnóstico das demandas de ensino para que a formação tenha um foco direcionado especificamente ao que o docente não conhece.

Partindo desse pressuposto, é preciso, no primeiro passo, capacitar os pedagogos e diretores, que serão os responsáveis pela formação na instituição. É certo que o ideal é que essa preocupação seja por parte das Secretarias de Educação e órgãos responsáveis, mas não impede que o aconteça em momentos destinados a esse fim, na própria instituição, de acordo com a demanda observada pela equipe pedagógica ao longo do ano letivo.



- Os pedagogos podem reunir a equipe de professores trimestralmente ou semestralmente, para apresentar os resultados do seu diagnóstico sobre as demandas da instituição, seja em questão de conhecimentos teóricos e legais do que é, de fato a educação quilombola, seja fornecendo sugestões de como incluir mais sobre a comunidade e seus aspectos nas aulas. Os encontros terão duração de 5 horas, cada um deles.
- No primeiro (ou primeiros, em caso de encontros trimestrais) o foco da formação deve ser a preparação teórica, o embasamento legal, pois são conhecimentos que precisam ser levados em consideração pelo professor que atua nessa modalidade. São eles que direcionam o trabalho, a partir de orientações sobre os princípios e objetivos, bem como o que precisa ser trabalhado, no contexto da educação quilombola.
- No próximo encontro, é importante oportunizar um diálogo entre os profissionais, para que cada um exponha suas dificuldades e, também, suas experiências já testadas que deram certo. Desse modo, é possível que cada um traga novas ideias para serem compartilhadas no grupo, possibilitando a produção de um repertório maior.

CONTEÚDOS DA FORMAÇÃO

Para direcionar a formação, foram selecionados alguns conteúdos teóricos para introduzir a discussão, no primeiro momento da formação, e que serão disponibilizados a seguir.



Contudo, é válido destacar a importância de abordar, antes da base teórica e legal, a história da comunidade e o contexto de surgimento da escola nesse território, destacando as especificidades da localidade, sua cultura e características importantes. (Slide 1)

Slides 2 e 3

O slide de número 2 visa contextualizar a educação quilombola, falando sobre seu conceito e como ela se configura como um direito do educando.

Em seguida, no slide 3, a discussão ora em torno de suas leis especificamente: a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade de inclusão no currículo de temas referentes à história e cultura dos povos africanos, e a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 08/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, principal abordagem da modalidade em vigência.

O QUE É EDUCAÇÃO QUILOMBOLA?

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

- ☒ Definição
- ☒ Modalidade de ensino
- ☒ Direito dos estudantes

LEIS ACERCA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

- ☒ Lei 10639/2003 e 11645/2008
- ☒ Estabelecida pela resolução do Conselho Nacional de Educação nº 08/2012.

Slides 4 e 5

Os slides de número 4 e 5 trazem os princípios e objetivos da educação quilombola, conforme orientações das DCN's da Educação Quilombola, a partir da Resolução CNE 08/2012.



Slides 6 e 7

O slide 6 envolve a educação quilombola na educação infantil, destacando a importância de um trabalho que privilegie a participação da comunidade, o direito das crianças e a indissociabilidade do educar e do cuidar, valorizando

as experiências a partir de interações e brincadeiras e de materiais didáticos específicos que trabalhem as especificidades da comunidade.

Ja o slide 7, orienta sobre a importância de incluir no PPP da instituição de ensino os aspectos relacionados à educação quilombola, pauta do-se nos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares e em demandas políticas, socioculturais e educacionais do público atendido e da comunidade envolvida.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO INFANTIL

- ☒ Direito das crianças dos povos quilombolas;
- ☒ Participação das famílias e dos anciãos;
- ☒ Considerar as práticas de educar e cuidar;
- ☒ Materiais didáticos;



7

PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

- ☒ Princípios da Educação Escolar Quilombola;
- ☒ Diretrizes Curriculares Nacionais e locais;
- ☒ Demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas;
- ☒ Construção autônoma e coletiva;

8

Slides 8 e 9

No slide 8, menciona-se o currículo da educação quilombola, que deve ser pensado e adequado à realidade da comunidade, reconhecendo sua importância e valorizando os aspectos referentes à história e cultura dos mesmos.

No slide 9, o enfoque é dado às contribuições trazidas pela formação do docente que atua na educação quilombola, garantindo o direito do aluno a uma educação contextualizada e de qualidade.

CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

- ☒ Valores e interesses das comunidades quilombolas;
- ☒ Direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;



FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA



- ☒ Componente primordial da profissionalização docente;
- ☒ Atividades formativas, cursos de atualização e aperfeiçoamento e especialização (mestrado e doutorado)



SUGESTÕES DE AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O currículo na educação infantil na escola quilombola deve ser adaptado de acordo com a realidade da instituição e seu contexto. Por isso, é necessário que o professor conheça sobre essa comunidade e sua história para desenvolver ações pedagógicas que sejam condizentes com a realidade vivenciada pelos alunos. Assim, é necessário pensar as práticas de acordo com a realidade local. Por isso, destaco a seguir algumas possibilidades de ações que valorizaram a história e cultura quilombola:

Ao conhecer a história da comunidade, o professor pode adaptá-la a uma linguagem infantil para que a criança possa conhecer e crescer com o conhecimento de como surgiu aquela localidade. Assim, é possível reescrever com uma linguagem mais simples e incrementar com ilustrações, atraindo a atenção do público dos alunos.





No currículo da educação infantil, a alimentação também precisa ser trabalhada e isso também pode ser adaptado ao contexto da educação quilombola. Para isso, é possível trazer para a sala de aula os alimentos consumidos na comunidade.

Além disso, há a possibilidade de incluir nas aulas algumas brincadeiras africanas, que muitas vezes são pouco conhecidas, inclusive pelos professores, o que requer uma pesquisa sobre quais brincadeiras são viáveis para seus alunos. Entre as várias opções, pode-se citar: Escravos de Jó, Terra-mar, Saltando feijão, jogo dos feijões, Mbabe - Chame o leão, e três outras. Todas essas brincadeiras citadas são de origem africana e isso pode ser explicado à criança antes de iniciar o momento de brincar.



Outro recurso que pode ser explorado na educação quilombola é a música e dança típicas da comunidade. O Jongo é um exemplo disso, que pode ser levado à sala de aula pelo professor, em conjunto com as cantigas infantis mais populares, comumente utilizadas pelo professor. São canções geralmente de letra fácil, de conhecimento dos adultos mais tradicionais e que podem ser apresentadas aos alunos como forma de perpetuar essa tradição para as novas gerações.

Atividade 1

Exploração sonora de instrumentos musicais utilizados no Jongo, apresentando-os aos alunos e permitindo que manuseiem e produzam sons. Também é possível confeccionar instrumentos como candongueiro, caxambu e Tambu utiliza do sucatas.

Iniciar a aula com a contação da história “A lenda dos tambores africanos”, de autoria desconhecida. Após a história, ouvir as impressões das crianças sobre a história, buscando entender se sabem o que é um tambor e pra que esse instrumento serve.

Em seguida, confeccionar tambores usando sucatas para que, posteriormente, os alunos juntamente com o professor, manuseiem os instrumentos produzidos, explorando as propriedades sonoras e observando as características desses recursos.

O desenvolvimento dessa proposta de atividade vai de encontro com objetivos da BNCC para a educação infantil e trabalha também elementos da cultura quilombola, pois os tambores são instrumentos comumente utilizados na comunidade por pessoas que praticam o Jongo, dança tradicional e traço marcante da cultura local.

Familiarizar a criança com elementos como esse permite contribuir com a identificação das contribuições dos povos africanos na formação da sociedade e, conseqüentemente, fortalecer a importância desses povos.



Atividade 2

Trabalhar alimentação saudável, explorando os alimentos produzidos na comunidade, como a mandioca, o milho, bem como frutas, legumes e verduras. É possível apresentar esses alimentos e explicar para a criança sobre a importância dos mesmos na alimentação das pessoas que vivem na comunidade, oportunizando a experimentação desses alimentos.



Atividade 3

Incorporar canções tradicionais da comunidade, cantadas nas festividades e apresentações de Jongo às vivências de sala de aula, para que os alunos conheçam e participem dos momentos de interação e dança.

“Ai morena,
tenho muito o que fazer
tenho roupa pra lavar, ô morena
e botão para colher,
vou embarcar na diligência das onze horas,
trem de ferro inda não veio, chegou agora”.

(Cultura popular)

“Vovó não gosta de casca de coco no terreiro
Vovó não gosta de casca de coco no terreiro
Pra não lembrar do tempo do cativoiro
Pra não lembrar do tempo do cativoiro”.

(Cultura popular)



“Rosa que nasceu hoje
A chuva quebrou um galho
Rebola baiana, rebola baiana
Rebola senão eu caio”
(*Cultura popular*)



“Eu vim aqui porque mandaram me chamar
Eu vim aqui porque mandaram me chamar
O povo de Presidente Kennedy que acabou de chegar”
(*Cultura popular*)

“Boa noite, gente, boa noite
Boa noite, gente, boa noite
Eu cheguei agora
Tá na hora de Deus, ai meu,
Tá na hora de Nossa Senhora”
(*Cultura popular*)

Atividade 4

Jogos e brincadeiras são muito utilizados na educação infantil para desenvolver um trabalho que segue as orientações da BNCC. Estimulam a criança em seu ambiente natural, o lúdico, proporcionando uma aprendizagem relevante e prazerosa. Por isso, apropriar-se de jogos e brincadeiras comuns na comunidade é uma forma de trazer mais da cultura quilombola para o ambiente escolar. Entre esses jogos e brincadeiras, podemos listar alguns:



- **Bonecas confeccionadas de sabugo de milho e tecido:** as crianças podem confeccionar o próprio brinquedo e depois utilizá-lo.

• **Cabra-cega:** uma criança tem os olhos vendados, enquanto os demais emitem sons para que ela tente localizar os colegas. Quem for pego se torna a nova cabra-cega.

• **Elefante colorido:** para essa brincadeira, deve haver no mínimo três crianças; uma criança é escolhida para ser o comandante. Esta então diz “elefante colorido” e as demais respondem “que cor?”. A criança responde “vermelho”, por exemplo, e as demais crianças correm para tocar em algum objeto com essa cor. A última que conseguir tocar perde.

• **Esconde-esconde:** Uma das crianças deve contar de olhos fechados no pique (em frente a uma parede ou uma árvore) até 10, ou até 20, se forem crianças maiores enquanto isso as outras crianças devem se esconder. Após finalizar a contagem a criança diz “quem escondeu, escondeu, quem não escondeu lá vou eu” e sai à procura das outras crianças. Enquanto isso as crianças escondidas devem tentar chegar até o pique e contar até 3. A primeira que conseguir ganha; a última criança que conseguir chegar ao pique ou for encontrada passa a contar na próxima rodada da brincadeira.

• **Carrinho:** para essa brincadeira, os brinquedos podem ser confeccionados pela própria criança com o auxílio de um adulto, usando sabugo de milho ou garrafas e outras sucatas.

Alfabeto quilombola

Os alfabetos utilizados nas salas de aula, em sua grande maioria, utilizam palavras e imagens comumente utilizadas de uma forma ampla. Contudo, ao pensarmos na especificidade de uma comunidade quilombola, é importante adequar também esse recurso para que auxilie ao docente no trabalho com os conteúdos que envolvem esse contexto. Pensando nisso, o alfabeto quilombola é uma proposta capaz de atender a essa demanda, sendo produzido a partir de termos referentes à cultura e história africana, bem como palavras que envolvem a cultura local.

Com base nessas considerações, algumas palavras sobre a religião, instrumentos musicais, danças, animais, continente africano, alimentação, representantes negros e muitas outras podem ser trazidas para a sala de aula para serem contextualizadas nas atividades diárias e envolvidas de forma lúdica e com uma linguagem que a criança consiga compreender. Para isso, a seguir será disponibilizado um material para impressão, que pode ser inserido já na educação infantil, valorizando a cultura quilombola.



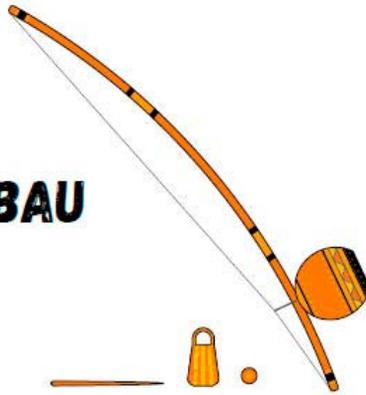
A

ÁFRICA



B

BERIMBAU



C

CACIMBA



D

DANÇA



E

ESCOLA



F

FEIJOADA



G

GUERREIRO



H

HORTA





J

JONGO



K

KALIMBA



L

LIBERDADE



M

MANDIOCA



N

NEGRO





P

PILÃO



Q

QUILOMBO



R

ROÇA



S

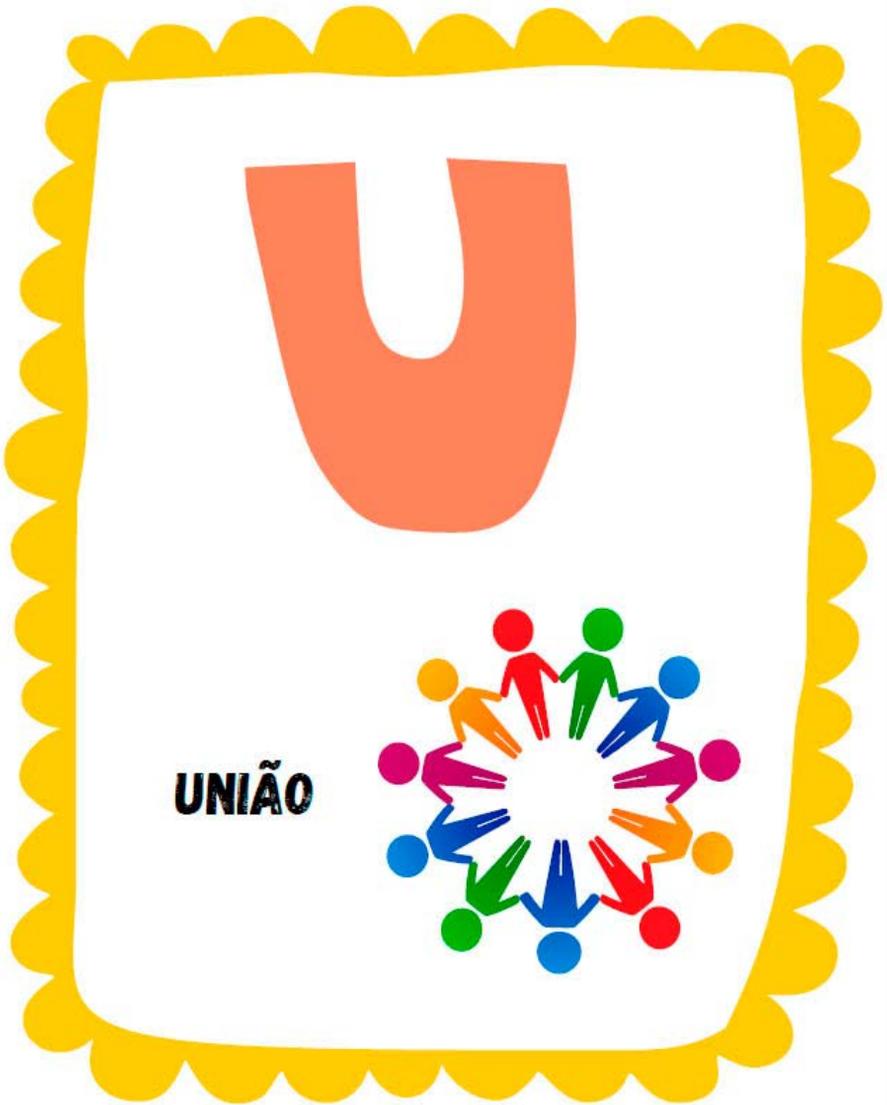
SAMBA



T

TAMBOR





V

VALE





X

XILOFONE



Y

YASMIN



Z

ZEBRA



AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Avaliar os resultados da formação consiste em um trabalho contínuo e sistemático que precisa ser realizado ao longo de todo o ano letivo e é papel da gestão e do pedagogo da instituição observar a execução de práticas voltadas à educação quilombola.

Essa observação pode levar ao diagnóstico da evolução pós formação, de modo a orientar sobre os pontos que merecem maior ênfase nos encontros, bem como mostrar o que tem surtido efeito e trazido resultados positivos. Assim, é possível observar como os professores estão aplicando os conhecimentos nas aulas e em seu planejamento.

Outra possibilidade para apresentar os resultados obtidos é a realização de uma mostra na própria instituição, com os trabalhos produzidos pelos professores com os alunos, que oportunize um momento de exposição da prática desenvolvida após a formação, seja por meio de trabalhos físicos, fotos e vídeos, demonstrando a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf> Acesso em 04 nov. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 8/2012**. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf> Acesso em 01 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 16 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF, p. 1-37, 2004. Disponível em <<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20Educao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em 20 ago. 2021.

KHULMANN JÚNIOR, M. M. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

AS AUTORAS

Cristina Pereira Baiense

Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pela Faculdade Vale do Cricaré (São Mateus/ES, Brasil)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (2010).

Especialização em Educação infantil e séries iniciais pela Faculdade de Tecnologia São Francisco - Fatesf.

Especialização em Artes pela Faculdade De Tecnologia São Francisco - Fatesf.

Especialização em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Tecnologia São Francisco - Fatesf.

Especialização em Gestão Educacional Integrada: Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção pela Faculdade de Educação - Vitória/ES.

Professora de Educação Infantil na rede municipal de ensino de Presidente Kennedy - ES.



Márcia Moreira de Araújo

Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)-RJ.

Professora e Orientadora do mestrado acadêmico PPGEDUC- UFES, ALEGRE-ES.



Orientadora de pesquisas a nível de mestrado do Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Universidade Vale do Cricaré- São Mateus - ES.

Possui graduação em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2002) e Pedagogia pela UNIG-RJ.

Mestrado em Educação pelo PPGE - Universidade Federal do Espírito Santo (2010) e doutorado em Educação PPGE- Universidade Federal do Espírito Santo (2016).

Educadora efetiva da rede municipal de educação de Piúma (desde 1991) e Professora /bióloga da rede estadual de educação -SEDU-ES.



ISBN: 978-85-92647-57-5

DIÁLOGO
EDITORIAL

